

## MATERNIDADE INVISIBILIZADA: A SAÚDE MENTAL DE MÃES SOLO FRENTE À SOBRECARGA, AO ESTIGMA E À AUSÊNCIA DE POLÍTICAS DE APOIO

**Resumo:** A maternidade solo representa um fenômeno social complexo, marcado por desafios estruturais que impactam a qualidade de vida das mulheres e seus filhos. Este estudo teve como objetivo analisar as produções científicas sobre maternidade solo, destacando seus impactos psicossociais, econômicos e culturais, com vistas a subsidiar ações que promovam equidade e justiça social. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, baseada em produções publicadas entre 2018 e 2025, obtidas em bases científicas e documentos institucionais. Os resultados apontaram que essas mulheres enfrentam sobrecarga física e emocional, dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho e ausência de políticas públicas eficazes, fatores que contribuem para a ampliação da vulnerabilidade social e das desigualdades de gênero. Além disso, observou-se que as redes de apoio informais desempenham papel central, embora não supram integralmente as demandas cotidianas. Conclui-se que enfrentar os desafios da maternidade solo requer ações intersetoriais, investimentos em políticas públicas inclusivas e mudanças socioculturais que desnaturalizem a responsabilização exclusiva das mulheres pelo cuidado. A pesquisa contribui para o debate acadêmico e para formulação de estratégias que promovam equidade e justiça social.

**Palavras-Chave:** Família Monoparental; Mães; Políticas Públicas de Saúde; Saúde Mental; Vulnerabilidade Social.

### **Dariani Buzo Nobre**

Mestranda em Ciências Farmacêuticas pela UNIPAMPA  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-3118-0790>

### **Nicolas Madeira Flores**

Graduando em Medicina pela UCPEL

### **Alexandre Maslinkiewicz**

Especialização em Vigilância e Cuidado em Saúde no Enfrentamento da COVID-19 e outras Doenças pela UFPI  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9722-8383>

### **Ursula Driele Figueiredo de Sena**

Graduada em Biomedicina pela UNIP

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-5364-2539>

### **Tacianna Christina Leite Ferreira**

Especialista em Saúde Pública pela Universidade de Pernambuco

### **Gemina Brito Ferreira da Rocha**

Pós-graduada em Docência em Enfermagem

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1630-0879>

### **Thamyres Maria Silva Barbosa**

Mestranda em Gestão dos serviços de APS pela FUNIBER

### **Andres Santiago Quizhpi**

Cirurgião e Traumatologista Bucal Maxilofacial

Orcid: 0000-0002-6089-0389

### **Henrique Cananosque Neto**

Doutorando em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela UNESP

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8783-5984>

### **Luís Vicente Ferreira**

Doutor em Ciências Sociais e Educação pela PUC

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7112-7559>

## INVISIBLE MOTHERHOOD: THE MENTAL HEALTH OF SINGLE MOTHERS FACING OVERLOAD, STIGMA, AND THE LACK OF SUPPORT POLICIES

**Abstract:** Single motherhood represents a complex social phenomenon, marked by structural challenges that impact the quality of life of women and their children. This study aimed to analyze scientific literature on single motherhood, highlighting its psychosocial, economic, and cultural impacts, with a view to supporting actions that promote equity and social justice. This is a narrative literature review, based on works published between 2018 and 2025, obtained from scientific databases and institutional documents. The results indicated that these women face physical and emotional overload, difficulties entering and remaining in the job market, and a lack of effective public policies, factors that contribute to increased social vulnerability and gender inequalities. Furthermore, it was observed that informal support networks play a central role, although they do not fully meet daily demands. The conclusion is that addressing the challenges of single motherhood requires intersectoral actions, investment in inclusive public policies, and sociocultural changes that denaturalize women's exclusive responsibility for caregiving. The research contributes to academic debate and the formulation of strategies that promote equity and social justice.

**Keywords:** Single-Parent Family; Mothers; Public Health Policies; Mental Health; Social Vulnerability.

### INTRODUÇÃO

A configuração familiar no Brasil sofreu transformações significativas ao longo das últimas décadas, refletindo mudanças socioculturais, econômicas e legais. Entre essas transformações, destaca-se o aumento das famílias monoparentais femininas, popularmente conhecidas como mães solo, que assumem, de maneira integral, a criação e o sustento dos filhos. De acordo com estudos recentes, a monoparentalidade feminina no Brasil tem se tornado cada vez mais comum, representando um desafio não apenas econômico, mas também emocional e social para essas mulheres (Pereira; Xavier; Resende, 2024).

O conceito de maternidade solo ganhou força como substituto do termo “mãe solteira”, buscando eliminar a conotação pejorativa associada ao estado civil e reforçar que a ausência

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-2>

paterna no cuidado dos filhos não está vinculada à condição conjugal da mulher (Severino, 2022). Essa mudança terminológica também expressa um avanço social, pois reconhece a autonomia feminina, embora ainda permaneçam marcadores de desigualdade de gênero que afetam diretamente a experiência dessas mães (Santos, 2022).

Com base nos dados do Censo 2022, observa-se que a participação das mulheres como responsáveis por unidades domésticas apresentou crescimento significativo nas últimas décadas. Em 2022, 49,1% dos domicílios brasileiros tinham uma mulher como responsável, número próximo ao dos homens (50,9%). Esse resultado contrasta com o cenário de 2010, quando apenas 38,7% das unidades eram chefiadas por mulheres, frente a 61,3% por homens (IBGE, 2024). Essa mudança revela transformações estruturais no arranjo familiar brasileiro, indicando maior protagonismo feminino na gestão dos lares (IBGE, 2024).

Embora as unidades monoparentais tenham apresentado pouca variação no período (de 16,3% em 2010 para 16,5% em 2022), o aumento de mulheres na posição de responsáveis pelos domicílios impõe novos desafios, especialmente quando não há cônjuge presente. Essa realidade envolve conciliar responsabilidades domésticas, cuidado com os filhos e inserção no mercado de trabalho, fatores que podem gerar sobrecarga física e emocional (IBGE, 2024). O fenômeno é ainda mais evidente em regiões como o Nordeste, onde estados como Pernambuco (53,9%), Sergipe (53,1%) e Maranhão (53,0%) apresentam proporções acima da média nacional de lares chefiados por mulheres (IBGE, 2024).

Essa configuração familiar demanda políticas públicas que considerem a dupla jornada enfrentada pelas mulheres e suas repercussões socioeconômicas e psicológicas. Além da vulnerabilidade econômica, essas responsáveis enfrentam desafios no acesso a serviços básicos, creches e oportunidades de emprego, o que impacta diretamente sua saúde mental e qualidade de vida. Dessa forma, os dados evidenciam não apenas uma mudança na estrutura familiar, mas também a urgência de estratégias voltadas para equidade de gênero e proteção social (IBGE, 2024).

Do ponto de vista histórico, a legislação brasileira reconheceu as famílias monoparentais a partir da Constituição Federal de 1988, que ampliou o conceito jurídico de entidade familiar. No entanto, a mudança legal não foi acompanhada de políticas públicas suficientes para garantir condições equitativas a essas famílias, perpetuando situações de vulnerabilidade social (Brasil,

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-2>

1988; Beltrão, 2025). A ausência de políticas efetivas contribui para o isolamento dessas mulheres, que enfrentam barreiras estruturais e simbólicas.

A sobrecarga vivenciada pelas mães solo é um dos principais problemas enfrentados por esse grupo. Elas assumem múltiplas jornadas, que incluem responsabilidades domésticas, cuidados com os filhos e atividades remuneradas, frequentemente sem contar com rede de apoio consistente (Severino, 2022). Esse acúmulo de funções compromete sua qualidade de vida e amplia os riscos de adoecimento físico e psíquico, reforçando a necessidade de políticas de suporte direcionadas (Pereira; Xavier; Resende, 2024).

Pesquisas qualitativas apontam que essas mulheres convivem com estigmas sociais e preconceitos, que se traduzem em discriminação no mercado de trabalho e julgamento moral (Oliveira *et al.*, 2023). A maternidade solo, longe de ser apenas um arranjo familiar, torna-se um marcador de exclusão social, especialmente quando associada a outros fatores, como pobreza, raça e gênero, compondo um cenário interseccional de vulnerabilidade (Santos, 2022).

Outro aspecto relevante é a romantização da maternidade solo, que naturaliza a ausência paterna e atribui à mulher características de “força” e “heroísmo”, desconsiderando as dificuldades e fragilidades que permeiam essa condição (Pereira; Xavier; Resende, 2024). Tal construção simbólica contribui para invisibilizar as demandas reais dessas mães, além de reforçar expectativas sociais que geram sobrecarga e sentimento de culpa (Juliana, 2022).

O impacto econômico também é significativo. Muitas mães solo enfrentam dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho, em razão de preconceitos e da incompatibilidade entre jornada laboral e responsabilidades familiares (Araújo *et al.*, 2023). Esse contexto limita as possibilidades de ascensão social e aprofunda desigualdades já existentes, tornando a maternidade solo um fator de exclusão econômica (Santos, 2022).

Além das barreiras econômicas, a ausência de uma rede de apoio institucionalizada, como creches públicas em número suficiente e políticas de assistência social, agrava as condições dessas mulheres (Beltrão, 2025). Em muitos casos, as mães solo dependem do suporte informal de familiares, que nem sempre está disponível, evidenciando a urgência de ações governamentais que contemplem essa realidade (Severino, 2022).

O sofrimento ético-político é outro elemento que permeia a experiência das mães solo. A falta de políticas públicas efetivas, combinada com a responsabilização exclusiva das mulheres, configura um cenário que intensifica desigualdades de gênero e vulnerabilidades

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-2>

sociais (Santos, 2022). Esse sofrimento ultrapassa a dimensão individual, refletindo a estrutura patriarcal que ainda organiza a sociedade (Oliveira *et al.*, 2023).

A saúde mental das mães solo também merece destaque. A sobrecarga cotidiana, a escassez de recursos financeiros e a ausência de suporte social contribuem para quadros de ansiedade, depressão e estresse crônico. Esses problemas impactam não apenas as mulheres, mas também seus filhos, criando um ciclo de vulnerabilidade intergeracional (Santos, 2022).

Considerando essas questões, compreender a maternidade solo sob uma perspectiva interseccional é essencial para construir estratégias inclusivas. A combinação entre gênero, raça, classe social e territorialidade amplia as desigualdades, demandando políticas públicas que respondam a essas múltiplas dimensões (Santos, 2022). Sem essa abordagem, as ações tendem a ser insuficientes e pouco efetivas (Beltrão, 2025).

Diante desse cenário, observa-se que a maternidade solo não deve ser analisada apenas como um fenômeno familiar, mas como uma questão social complexa, que exige articulação entre diferentes áreas do conhecimento e setores governamentais (Severino, 2022). A invisibilização histórica dessas mulheres reforça a urgência de debates e pesquisas que contribuam para mudanças concretas (Pereira; Xavier; Resende, 2024).

Nesse sentido, este estudo justifica-se pela relevância social e acadêmica do tema, uma vez que pretende dar visibilidade às experiências das mães solo, seus desafios e as lacunas existentes nas políticas públicas. O objetivo é analisar as produções científicas sobre maternidade solo, destacando seus impactos psicossociais, econômicos e culturais, com vistas a subsidiar ações que promovam equidade e justiça social.

## METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma revisão narrativa de literatura, abordagem adequada para análises amplas e interpretativas, permitindo compreender conceitos, contextos e lacunas sobre o fenômeno investigado sem a rigidez metodológica das revisões sistemáticas. Essa escolha justifica-se pela necessidade de explorar, de forma crítica, as evidências disponíveis sobre a maternidade solo e seus impactos psicossociais, econômicos e culturais. A pesquisa é

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-2>

qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, uma vez que busca analisar experiências e desafios enfrentados pelas mães solo no contexto contemporâneo.

A busca dos estudos foi realizada nas bases SciELO, LILACS, BVS e Google Acadêmico, utilizando descritores controlados do DeCS/MeSH combinados por operadores booleanos: “Família Monoparental” OR “Mães” AND “Vulnerabilidade Social” OR AND “Políticas Públicas de Saúde” AND “Saúde Mental”. Foram incluídos artigos publicados entre 2018 e 2025, em português, espanhol ou inglês, que abordassem a maternidade solo e seus impactos psicológicos, sociais e econômicos. Excluíram-se estudos que não tivessem relação com o tema, publicações anteriores a 2018 e trabalhos sem base científica, duplicidades também foram eliminadas.

O instrumento para extração de dados foi um formulário estruturado, destinado à coleta de informações como autoria, ano, tipo de estudo, objetivos e principais resultados relacionados aos desafios econômicos, impactos na saúde mental e ausência de políticas públicas. As variáveis analisadas foram classificadas em três eixos: contexto histórico e social da maternidade solo; impactos psicossociais; estratégias de enfrentamento e políticas públicas. A coleta de dados ocorreu entre junho e julho de 2025, com leitura completa dos textos para extração das informações.

Para análise, adotou-se abordagem qualitativa interpretativa, baseada na comparação temática e categorização dos conteúdos, o que possibilitou identificar convergências e divergências entre os estudos selecionados. As informações foram organizadas em síntese narrativa, com discussão crítica fundamentada em evidências científicas. Por se tratar de pesquisa baseada em fontes secundárias, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução CNS nº 510/2016. Todos os dados foram utilizados de forma ética, garantindo a integridade científica e a citação adequada das fontes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados evidenciam que a maternidade solo é marcada por desafios estruturais, culturais e econômicos que se interseccionam, aprofundando desigualdades sociais. Pesquisas apontam que a ausência paterna, muitas vezes associada à negligência ou abandono,

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-2>

impõe à mulher a dupla responsabilidade de provedora e cuidadora, em um contexto que carece de políticas públicas efetivas de suporte (Santos *et al.*, 2024; Fernandes, 2022). Essa realidade gera sobrecarga emocional e financeira, intensificada pela falta de reconhecimento social do trabalho do cuidado, que permanece invisível nas agendas políticas (Melo, 2023).

Outro aspecto relevante é a persistência de estigmas associados à figura da mãe solo, frequentemente vista como responsável por sua condição, o que reforça práticas discriminatórias no acesso ao trabalho e aos serviços de proteção social (Finamori, 2024). A literatura destaca que, apesar do avanço das discussões sobre diversidade familiar, a sociedade ainda valoriza modelos nucleares tradicionais, desconsiderando a complexidade das novas configurações familiares (Fernandes, 2022). Esse contexto favorece processos de culpabilização feminina e de invisibilização das demandas concretas dessas mulheres.

A análise também revela que as mães solo enfrentam barreiras significativas no mercado de trabalho. A conciliação entre emprego e cuidados domésticos sem rede de apoio institucionalizada gera instabilidade laboral, aumento da informalidade e queda na renda familiar (Silveira, 2024). Essas barreiras se tornam ainda mais acentuadas em contextos de vulnerabilidade social, nos quais as políticas de assistência são insuficientes para garantir autonomia econômica, resultando em ciclos intergeracionais de pobreza (Santos; Lima; Souza, 2024).

Além dos impactos econômicos, as consequências psicossociais são marcantes. A sobrecarga diária, somada à falta de suporte emocional, tem contribuído para o aumento de quadros de ansiedade, depressão e estresse crônico entre as mães solo (Abreu *et al.*, 2020). Durante a pandemia de Covid-19, esse cenário foi agravado pela interrupção de serviços educacionais e pelo confinamento domiciliar, intensificando o acúmulo de responsabilidades e a precariedade do cuidado (Abreu *et al.*, 2020).

Estudos evidenciam ainda a centralidade das redes de apoio informais, geralmente compostas por mulheres, como elemento fundamental para minimizar vulnerabilidades (Silveira, 2024). No entanto, essas redes são frágeis e insuficientes, pois dependem de relações familiares ou comunitárias que, muitas vezes, também enfrentam limitações econômicas e sociais (Fernandes, 2022). A ausência de políticas públicas robustas reforça a privatização do cuidado, transferindo para as mulheres uma responsabilidade que deveria ser compartilhada com o Estado e a sociedade.

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-2>

A dimensão interseccional do fenômeno também merece destaque. As condições de mães solo negras e pobres revelam níveis mais elevados de vulnerabilidade, resultado da sobreposição de racismo estrutural, desigualdade de gênero e exclusão econômica (Melo, 2023). Essa realidade reforça a necessidade de políticas públicas que considerem tais especificidades, sob pena de perpetuar processos de marginalização social (Fernandes, 2022).

Outro ponto discutido refere-se à romantização da maternidade solo, frequentemente tratada como sinônimo de força e superação, o que invisibiliza as dificuldades enfrentadas e legitima a ausência de medidas protetivas eficazes (Finamori, 2024). Essa narrativa reforça expectativas irreais sobre a capacidade feminina de conciliar múltiplas funções, contribuindo para o sofrimento ético-político dessas mulheres (Melo, 2023).

As pesquisas analisadas também indicam lacunas importantes nas políticas públicas voltadas para a maternidade solo. A insuficiência de creches públicas, programas de transferência de renda limitados e a ausência de políticas integradas para inserção produtiva são fatores que dificultam a autonomia dessas mulheres (Santos; Lima; Souza, 2024). Essa carência compromete o cumprimento do princípio constitucional de proteção à família monoparental previsto na Constituição de 1988 (Melo, 2023).

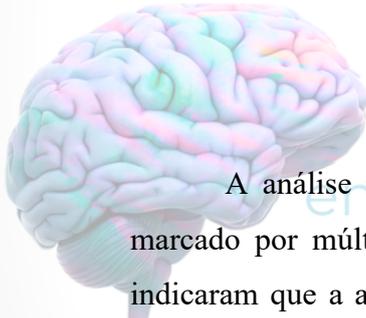
Do ponto de vista das práticas sociais, observa-se que a maternidade solo é atravessada por um processo de culpabilização moral e judicialização das relações familiares, em que o abandono paterno raramente resulta em responsabilização efetiva (Santos; Lima; Souza, 2024). Essa assimetria reforça a naturalização da ausência paterna e intensifica a desigualdade de gênero no exercício da parentalidade (Fernandes, 2022). Por outro lado, algumas iniciativas inovadoras têm surgido, especialmente no âmbito comunitário e do design social, com foco na criação de redes de apoio colaborativas para mães solo (Silveira, 2024). Essas propostas, embora pontuais, demonstram potencial para mitigar vulnerabilidades quando articuladas a políticas institucionais mais amplas, promovendo autonomia e empoderamento feminino.

A análise crítica dos estudos confirma que o fenômeno da maternidade solo deve ser tratado como questão estrutural e não apenas individual. Essa compreensão é essencial para superar visões reducionistas que responsabilizam exclusivamente as mulheres, desconsiderando os determinantes sociais que configuram essa realidade (Melo, 2023; Fernandes, 2022). A ausência de um olhar sistêmico perpetua desigualdades e compromete a efetividade das ações governamentais.

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-2>

Em síntese, os resultados indicam que a maternidade solo, longe de ser uma escolha isolada, é influenciada por fatores históricos, culturais e socioeconômicos que demandam respostas intersetoriais. Políticas públicas integradas, programas de apoio emocional, ações afirmativas no mercado de trabalho e a valorização do trabalho de cuidado são estratégias fundamentais para enfrentar os desafios identificados (Abreu *et al.*, 2020; Silveira, 2024). A construção de uma agenda política inclusiva deve pautar-se no reconhecimento da maternidade solo como questão de justiça social e equidade de gênero.

A discussão evidencia que a superação das desigualdades associadas à maternidade solo requer não apenas políticas públicas, mas também mudanças culturais profundas. É imprescindível romper com a lógica patriarcal que atribui às mulheres a responsabilidade exclusiva pelo cuidado e pela manutenção da vida familiar, promovendo práticas sociais que redistribuam responsabilidades e garantam proteção integral às famílias monoparentais (Finamori, 2024; Melo, 2023).



## Congresso Internacional de Neurociência Translacional em Saúde - CINETS

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidenciou que a maternidade solo é um fenômeno complexo, marcado por múltiplas vulnerabilidades sociais, econômicas e psicológicas. As discussões indicaram que a ausência paterna e a sobrecarga feminina não resultam apenas de escolhas individuais, mas refletem estruturas sociais pautadas pelo patriarcado e por políticas públicas insuficientes para garantir a proteção integral às famílias monoparentais femininas. Essa realidade impõe desafios expressivos para a conciliação entre trabalho, cuidado e vida pessoal, além de comprometer a saúde mental das mulheres.

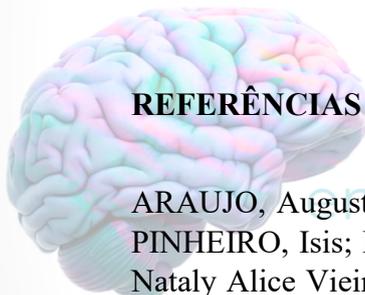
Constatou-se que, apesar da relevância do tema, as redes formais de apoio ainda são frágeis, transferindo para as redes informais, compostas majoritariamente por outras mulheres, a responsabilidade pelo suporte às mães solo. Essa dinâmica reforça desigualdades históricas de gênero, limita a inserção produtiva dessas mulheres e amplia os riscos de exclusão social. A análise também revelou que a romantização da maternidade solo contribui para a invisibilização das demandas reais, reforçando narrativas que culpabilizam as mulheres e legitimam a ausência paterna.

No campo acadêmico, o estudo amplia o debate sobre diversidade familiar e equidade

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-2>

de gênero, enquanto, no âmbito social, oferece subsídios para o desenvolvimento de políticas intersetoriais que contemplem educação, assistência social e trabalho. Tais estratégias são indispensáveis para promover autonomia econômica e emocional, garantindo melhores condições de vida para essas mulheres e suas famílias.

Como limitação, destaca-se que a natureza narrativa da revisão impossibilitou mensurar a extensão quantitativa dos impactos analisados ou estabelecer relações causais. Recomenda-se, para futuras investigações, a realização de estudos empíricos e comparativos entre diferentes contextos regionais e internacionais, capazes de aprofundar a compreensão sobre os fatores que potencializam ou mitigam a vulnerabilidade das mães solo. Conclui-se que a superação dos desafios impostos à maternidade solo requer um compromisso coletivo que envolva políticas públicas eficazes, redes institucionais sólidas e mudanças culturais profundas, a fim de desconstruir padrões patriarcais e promover uma sociedade mais justa e igualitária.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Augusto Andrade; ROCHA, Caroline Vieira da; FERNANDES, Gabrielly Alves; PINHEIRO, Isis; LIMA, Karen Cristine Vieira de; SILVA, Luis Augusto de Castro; SILVA, Nataly Alice Vieira da. Mãe solo no mercado de trabalho. 2023. **Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Administração) – ETEC Tereza Aparecida Cardoso Nunes de Oliveira, Centro Paula Souza, São Paulo, 2023.** Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/15714>.

ABREU, Kamila Eulálio *et al.* A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Revista Feminismos, Salvador**, v. 8, n. 3, p. 149-162, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.feminismos.neim.ufba.br>.

BELTRÃO, Gabriella Serrano. Caminhada solo: histórias e vivências de mães que caminham sozinhas. 2025. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2025.** Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/9502>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: **Senado Federal**, 1988.

FERNANDES, Priscila da Silva. Família monoparental feminina: desafios de ser mãe solo. 2022. **Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista**,

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-2>

**Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2022.** Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/234377>.

FINAMORI, Sabrina. “Mães solas”: parentalidades, conjugalidades e noções de família. In: ST 34 - Relações familiares, gênero e política: controvérsias, afetos e direitos. **Anais [...]**. [S. l.]: [s. n.], [2023]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/38415>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022: Em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios avança e se equipara à de homens. Rio de Janeiro: **IBGE**, 25 out. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2024-censo-2022>.

MELO, Marya Clara Damascena. Maternidade solo e as políticas sociais: uma análise crítica da figura materna frente às imposições do patriarcado. 2023. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.** Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/55865>.

OLIVEIRA, Ana Julia Ferrer de; TEIXEIRA, Ane Vanzeler; OLIVEIRA, Gabriel Figueiredo de; ARAUJO, Liriel Rondon; LAURINI, Rafaela Vitória; RODRIGUES, Renata Vilela. Os desafios e os aspectos psicológicos da família monoparental feminina na sociedade contemporânea. **UNIVAG – Universidade de Várzea Grande**, [s. l.], [2023]. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/psicba/article/view/1994>.

PEREIRA, Jarmara Garcia Laurindo; XAVIER, Larissa Atanzio; RESENDE, Camila Miranda de Amorim. A vulnerabilidade de mães solo: desromantizando a ideia de “mulheres guerreiras”. **Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras**, v. 15, n. 3, p. 285-297, set./dez. 2024. DOI: 10.21727/rm.v15i3.4536.

SEVERINO, Natália Pereira. A sobrecarga da maternidade solo: mães que caminham sozinhas. 2022. **Relatório (Projeto Experimental II) – Curso de Jornalismo, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.** Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5445>.

SANTOS, Juliana Helena dos. Maternidade solo: livro-reportagem. 2022. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.** Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/5545>.

SANTOS, Valentina Cabral Lopes dos. Filha/o da mãe: o sofrimento ético-político de mães-solo na perspectiva interseccional. 2022. **Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.** Disponível em: <https://rosario.ufma.br/jspui/handle/123456789/5382>.

SILVEIRA, Priscila Pinheiro da. Mãe solo é... contributos do design para promover redes de apoio eficazes e desejáveis. 2024. **Dissertação (Mestrado em Design de Produto e Serviços) – Universidade do Minho, Escola de Arquitetura, Arte e Design, Braga, 2024.** Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/94932>



<https://doi.org/10.71248/9786583818089-2>

SANTOS, Elisáiane Oliveira dos *et al.* Serviço social, família monoparental feminina e vulnerabilidade social: abandono paterno nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social. 2024. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2024.** Disponível em: <https://ri.ucsal.br/handle/123456789/5094>



## Congresso Internacional de Neurociência Translacional em Saúde - **CINETS**